

“A redenção dos captivos virá por que faz a glória dos livres”: emancipação e o desejo de liberdade nos jornais pernambucanos “A República” e “A Luz” na década de 1870¹

Emanoel da Cunha Germano*

Resumo: Esse trabalho visa abordar questões pertinentes sobre o debate da emancipação discutidos por dois jornais republicanos na província de Pernambuco. Na década de 1870 a 1873, a imprensa local discutiu questões relativas à problemática da instituição escravista, assim como, atuou como protagonista dos acontecimentos que incidiram perante a emancipação e desejo de liberdade dos escravizados. Os jornais *A República* e *A Luz: Periódico Republicano (PE)*, canais de difusão de ideias políticas e sociais, no último quartel do século XIX, apresentam assim, questões pertinentes para o estudo do abolicionismo na historiografia brasileira.

Palavras-chave: Escravidão; Jornais Republicanos; Pernambuco; Emancipação; Século XIX.

Introdução

O presente trabalho pretende realizar um balanço crítico sobre a historiografia da imprensa e escravidão em relação à emancipação e ao desejo de liberdade levantado por dois impressos do Partido Republicano, que então surgia na província de Pernambuco já a partir da década de 1870.

Os jornais *A República* e *A Luz: Periódico Republicano (PE)*, canais de difusão de ideias políticas e sociais, no último quartel do século XIX, apresentam assim, questões pertinentes para o estudo do abolicionismo nacional e transnacional. A região norte do país ao discorrer a abolição da escravatura pensou em perspectiva transatlântica. Depreende-se que tal posicionamento deve ser contextualizado e historicamente situado à luz das propostas políticas dos impressos republicanos, diante do qual, os dois analisados, ambos optaram por defender a ruptura da escravidão, pois esse sistema estava atrelado ao império. Era preciso combater a sociedade de classes para que a república fosse obra de todo cidadão brasileiro. Portanto, a pesquisa visa apresentar a atuação dos grupos políticos republicanos no Brasil imperial em 1870.

O programa do partido republicano para além de se basear nos princípios filosóficos positivismo, como sistema político preocupou-se em discutir, dentre suas proposta questões

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: emanoelcunha@gmail.com

¹*A República*. 14 de maio, 1871, n.11, p.2.

relacionadas ao problema da emancipação da grande massa escravizada que compunham ainda na região de Pernambuco por meio de seus jornais. Com esse propósito, somado as outras demandas, seu projeto soma na luta em prol a mobilização de seus grupos para abolicionismo brasileiro, antecedendo assim o marco historiográfico das últimas décadas da abolição.²

Tenhamos como norte o forte debate da emancipação e das políticas antiescravistas cobradas pela Inglaterra à nação brasileira, desde 1815 quando a família real é trazida pela frota dos ingleses, o vice-reinado de Algarves, estabeleceu compromissos de extinção do fim do tráfico de africanos que há séculos era grande geradora de lucros para os negociantes escravistas de grande renome nas primeiras décadas do século XIX. O abolicionismo no Brasil, historicamente passa a ganhar a visibilidade a partir de 1850, quando é fundada a Sociedade Contra o Tráfico (SCT). Propostas de lei contra a extinção da mão de obra escravizada, já são formulada nos Parlamento no Brasil desde 1831, mas apenas passa a se tornar medida efetiva em 1850, pois no interregno dessas duas leis, a pressão da Inglaterra aumentou mediante ao fluxo da grande massa de tráfico³ se volumosa e elas foram denunciadas por abolicionistas políticos ingleses que condenavam tal instituição nefanda.

Na segunda década do século XIX países como - Rússia, Sul dos Estados Unidos e Cuba - passaram por processos distintos quanto às suas experiências da servidão e escravidão. Entretanto, o que uniam elas em comum? Essa questão é formulada pelas pesquisas historiográficas mais recentes, devido a pecha das *Instituições Nefandas*⁴ ganharem corpo e movimento, na medida em que o mundo se industrializava, o capitalismo fazia entrar em colapso os antigos sistemas de relações sociais e políticos. Neste sentido, países escravistas, que também foram ex-colônias, nesse caso, estariam com os dias contados.

Nesse trânsito, as transformações no mundo da política internacional impactam os eventos políticos nacionais, porque se tornam espelhos para os debates anti-escravidão na

² CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287 p; MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994; CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. (Coleção Passo a Passo).

³ CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822 - 1850. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998, 353 p.

⁴ Em termos de trabalhos recentes, temos, por exemplo: LIMA, Ivana Stolze (Org.); GRINBERG, Keila (Org.); REIS, Daniel Aarão (Org.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018. Nesta obra há questões referentes às possibilidades de analisar as semelhanças e interpretações dos processos de desagregação de três países escravistas em perspectiva atlântica, nela há problematização de como ideais abolicionistas e emancipacionistas podem ser articuladas e comparadas, é um trabalho historiográfico de peso.

sociedade brasileira. Todavia estes impactos por ora, chegam a se diferenciar e demarcar particularidades próprias, tais como na província de Pernambuco que foi diferente da particularidade da Corte, onde a mão de obra escrava era crescente devido a exportação do tráfico interprovincial para alimentar as lavouras do café.⁵ A contenda da questão do elemento servil registradas nos impressos da época enfatizam como a situação foi politizada e vivificada pela opinião pública com pretensões que instavam o desejo de liberdade dos escravos no mundo da imprensa.

A experiência das ideias de abolição na província de Pernambuco, em meados de 1870 passa a ganhar delineamentos dos mais variados. Seja em suas linguagens, ações ou medidas. Assim define Angela Alonso na obra *Flores, Votos e Balas* quando enfatiza como o movimento abolicionista através de uma estrutura de sentimento ligavam os abolicionista no país, diante da qual faziam uso de retórica de mudança semelhante do repertório estrangeiro.⁶ Não obstante “vis-à-vis” ao instrumento de mobilização política, os brasileiros adaptaram um repertório próprio.⁷ Diferentemente da experiência anglo-americana, onde por meio da retórica da religião, criticavam as bases do escravismo nas colônias inglesas.

Em torno dela os abolicionistas criticavam o sistema da escravidão e com isso aumentava o número de seguidores em prol ao movimento anti-escravidão. Ao explicar tal modelo, Alonso em sua obra discorre como no Brasil o movimento abolicionista adaptou suas críticas ao escravismo de circunstância. Na região de Pernambuco, esse movimento são captados pelos discursos apresentados nos impressos. Ou seja, demonstra como foi possível

⁵ MARQUESE, D Tomich. In: O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. *O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

⁶ALONSO, Angela. *Flores, Votos e Balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

⁷ Alonso chega afirmar que “*Combinando exemplos domésticos e internacionais, Patrocínio e Rebouças casaram intenção política com inserção cultural*”. (Alonso, 2015. p.128). A via da linguagem política por meio arte seriam o instrumento de propaganda dos brasileiros, ao contrário daquela que os anglo-americanos se utilizavam, a via da religião. O abolicionismo no Brasil desabrochou tarde devido a diversos fatores, duas principais motivos nos custa mencionar. A primeira foi do movimento dos próprios escravistas que se uniam para barrar os projetos prol emancipação na Câmara e no Senado. Outro motivo que, de certa forma contribuiu foi o analfabetismo, presente em grande parte população brasileira, segundo o censo de 1872, grassava no país grande índice de pessoas que mal sabiam ler e escrever. Dos dados, é possível extrair que em torno de 15,7% eram alfabetizadas. Machado de Assis, por exemplo, publicou matéria a respeito, logo após os dados do censo serem disponibilizados. Atônito, arremata em crônica publicada na *Ilustração Brasileira* no dia 15 de julho de 1875, “*Gosto dos algarismos porque não são de meias medidas nem de metáforas. [...] A nação não sabe ler*”. (apud. Alonso. p.126). Por mais que houvesse críticas à situação do sistema escravista a partir de 1869, tanto na imprensa, como em panfletos, obras e petições, até as últimas décadas da abolição, era ainda seletivo o público. Por conseguinte, para além da imprensa, através da mobilização de conferências-concertos, criação de associações, formação de grupos políticos, dentre outras estratégias prol escravidão, juntos mobilizaram o debate para o fim da escravidão. Na Corte, a dupla dos abolicionistas de envergadura como José do Patrocínio e André Rebouças, Vicente de Sousa, faria o movimento abolicionista, em São Paulo, seria Luiz Gama. Como apóstolos da liberdade, com a militância recrutaria discípulos das mais distintas classes sociais na província para à causa.

tornar uma realidade a desaprovação de sua existência, buscando assim, enfatizar seu diálogo com o debate internacional.

Em nossa pesquisa, passamos a perceber que a circulação de debates em torno do fim da escravidão passa a ganhar importância no início da década de 1870 em Pernambuco. Isso denota o enorme interesse da opinião pública em relação ao tema. Lembremos que a imprensa é grande difusora de opiniões e circulação ideias, de modo que os acontecimentos via atlântico, traziam para os portos os fatos políticos e culturais de outros países. A conexão entre Europa e América, por meio do oceano atlântico fazia difundir e emergir expectativas e possibilidades de libertação da extinção da abolição na América e da derrocada de antigos sistemas imperiais⁸. As informações dos países estrangeiros nos portos brasileiros, possivelmente é fator significativo para promoção dos debates em torno de abolicionismo numa perspectiva gradual. No Brasil Império na referida década, havia àqueles que passavam a optar pela ruptura do sistema secular que imperava há mais de três séculos e impossibilitava o país se tornar civilizado e garantir as liberdades individuais aos cidadãos, como diria alguns empedernidos liberais e conservadores.

Na imprensa a emancipação, como um desejo de liberdade para o fim da abolição foi acompanhada com as implicações internacionais contemporâneas que atravessavam o atlântico pela via dos portos e de jornais estrangeiros. Por meio delas, foram impactados e passaram a formular identidades para os abolicionistas, devido à mobilização política do tema. Das repercussões, optavam por quais exemplos posicionamentos guiar-se, isto é, miravam-se nesses debates para cautelosamente tomar orientação. A partir disso, vemos a necessidade de, ao analisarmos o processo da abolição, conectarmos a experiência atlântica dos debates abolicionistas que podem ser captada à luz da imprensa.

As medidas que foram mobilizadas em prol a abolição congregou a participação de diferentes agentes históricos - desde os políticos Liberais como Conservadores - e processos. Entretanto, através de impressos de tendência republicana vemos que o debate não escapou dela.

Em Recife, os impressos *A Luz* e *A República* nos apresentam assim, contrapontos interessantes para pensarmos como a liberdade da escravidão foi pensada e discutida no contexto apresentado por esse grupo. Como será possível perceber ao longo do texto, veremos como as medidas de ação entre ambas tomavam medidas similares a de outros países

⁸DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

escravistas. Como processo, ambos os jornais estariam interligados na conjunção dos ideais partidários republicanos na formação estado-nação que então eram requeridas na era da emancipação, que foram constituídas com a perspectiva de um abolicionismo atlântico.⁹

Entre declínio e ascensão da imprensa: o Abolicionismo no Recife entre 1860 a 1870

Na década de 1860 o boom da imprensa na província pernambucana é nítido, pois há um avanço significativo da produção de impressos, segundo é possível constatar na base da Hemeroteca Digital¹⁰. Entre essa década e a 1870, ocorre uma inversão do crescimento, pois número de jornais caiu de 56 para 36 jornais. Dessa abrupta queda entre esses períodos, os anos de 1871 a 1873 são especiais para a presente pesquisa, pois acompanham as polêmicas políticas empreendidas na época por dois impressos de tendência republicana, que não se mantiveram isentos em relação a emancipação. Tomaram partido. A diminuição de 20 jornais na opinião pública de Pernambuco é significativa, pois tal redução nesse contexto é ainda obscura na historiografia da imprensa. Ela não será nosso objeto de pesquisa, mas cabe registrarmos que são de vital importância pesquisas voltadas para essa questão.¹¹

O ano de 1870 é emblemático também porquê na Câmara e no Senado, a discussão sobre a abolição gradual da abolição tornava-se assunto do dia e o debate se amplificou, a medida que crise do governo de D. Pedro II¹² se acentuava - através da dissidência da própria ala dos partidos conservadores, entre emperrados e tradicionais, e na ala do Partido Liberal, em radicais e republicanos. Durante a alternância desses partidos e de seus Gabinetes, o país sofria com as rupturas dos projetos formuladas pelos dois partidos. Os republicanos vêm a lume contra as contradições desse regime e com isso passariam a atacar o império.¹³

⁹ ARMITAGE, David. *Três conceitos de História Atlântica*. História Unisinos, São Leopoldo-RS, v. 18, n. 2, p.206- 217, mai/ago, 2014, p.207.

¹⁰ O site da Hemeroteca tem nos ajudado a perscrutar os diferentes números dos impressos aqui coligidos e apresentados. Para mais informações, acessar a base do site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

¹¹ Os impressos em sua grande maioria podem ser consultados na plataforma da Hemeroteca Digital, para mais informações, acessar: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹² SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador. D. Pedro II: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹³ A socióloga Angela Alonso, discorre como se estruturou a crise dos partidos políticos do Império. Não parte da resistência dos escravizados, mas sim dos agentes políticos que se ligavam por estruturas de sentimentos para através de uma retórica de mudança organizarem um movimento prol-escravidão. Apresentado como tese de livre docência sua pesquisa destaca, em pormenores, como os debates que foram travados entre a Câmara e Senado e a sociedade sofreu empecilhos e abriu racha entre os partidos políticos. Enfatiza como os conservadores apresentaram alguns avanços, como recuos em sua administrações. A reforma conservadora de Rio Branco, dentro desse debate veio a desembocar na aprovação da Lei do Ventre Livre que seria aprovado em 28 de setembro de 1871.

Para aprovação dos debates da Lei do Ventre Livre,¹⁴ que seria homologada em 28 de setembro de 1871 - aos moldes da lei de Porto Rico em 1865 - o partido conservador se viu obrigado a realizar projeto de reformas de abolição gradual para barrar as ideias propostas por abolicionistas das alas dos liberais radicais e republicanos. Este último partido surgia para fazer *Ao Povo* compreender que era contra o governo do império e manifestava para que, ao combatê-lo “possamos melhorar a sorte do Brasil sob o domínio que há tantos anos temos vivido”,¹⁵ pois como instituição representava um anacronismo, um irracionalismo, afinal, seu sistema representativo era considerado um mal para nação.

O debate anterior, realizada pelo Gabinete do Barão de Rio Branco (1871-1875) foi estabelecido através dos acordos, pois o projeto foi motivo de controvérsias e discordâncias políticas pelos mais distintos políticos da época. Dada à situação das sublevações e possíveis reuniões de escravizados sob aparato de abolicionistas, temiam uma haitinização.

A opção pela a abolição lenta e gradual, tal como, era realizada pelas colônias espanholas, foi o caminho que os conservadores aliados a Rio Branco viam como mais adaptável à realidade brasileira. Em Pernambuco, o Ventre Livre, possibilitou os escravizados pleitearem ações de liberdade desde a aprovação da lei nº 2.040¹⁶ até as vésperas da assinatura da Lei Áurea.

Segundo Lenira Costa não devemos negligenciar a importância dessa lei porque ela tornou legal ações baseadas no costume e questionar o direito de propriedade.¹⁷

De certo, com o *Ventre Livre*, os escravocratas estariam com os ânimos acirrados, afinal, o Estado interviria nas relações entre senhores e escravos.¹⁸ Em São Paulo, por exemplo, o abolicionista paulistano Luís Gama, filho da africana Luísa Mahin, quitandeira que participou da Revolta do Malês, fez uso do sistema jurídico da lei de 1871, que continha diversos dispositivos que poderiam ser acionados em prol da alforria. O Habeas corpus, por

¹⁴ Sobre a Lei do Ventre Livre e seus debates no Parlamento, ver: PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

¹⁵ *A Luz*, 9 abr. 1873, p. 2.

¹⁶ Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871.

Consultar a lei: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm

¹⁷ COSTA, Lenira Lima da. *A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888* - Recife, 2007. 150 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

¹⁸ José Murilo de Carvalho ao analisar o processo da abolição, revela que ela faz parte das decisões políticas de uma elite do Estado, que não atendia aos interesses dos proprietários. Para mais profundidade do debate ver em: *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

exemplo, derivou dela - foi uma das garantias de seus artigos. Com a abrangência dessa lei, notou Sidney Chalhoub, ela abriu espaços para ações de liberdade dos próprios escravos.¹⁹

Nessa monta, através da Lei de liberdade do rebento de mulheres escravizadas, dali por diante, a discussão sobre a extinção da escravidão ganhava diferentes tonalidades e manifestações nas mais diversas camadas da sociedade. A historiografia ao enfatizar a importância dessa lei, informa que houve certo ostracismo no debate da emancipação. Discordamos, pois com esses acontecimentos, de largo impacto social, as conjunturas políticas emancipacionistas estrangeiras acenavam para um maior debate de desejo de liberdade dos escravos.

Diante desses fatos, para lógica da nossa análise, partamos para as discussões desenvolvidas por dois impressos. O primeiro enfatiza argumentos pro/ escravidão, antes mesmo da promulgação da Lei do Ventre Livre tomar forma e ser instituída. Em seguida, nos ateremos em outro impresso de mesma tendência partidária, logo após a Lei ganhar vigência. Os debates sobre a liberdade de escravos no espaço público faziam-se altaneiros e burilavam os jornais de tendência abolicionistas que viam a pouca eficácia das medidas estabelecidas pela dita lei.

A República e A Luz: impressos republicanos unidos em prol ao fim da escravidão

Os dois impressos descritos são *A República: A República è Órgão do Partido Republicano de Pernambuco* e *A Luz: periódico republicano*.²⁰ Recife, a capital de Pernambuco não demorou muito para divulgar seus princípios republicanos, tal como os originados na Corte no final da década de 1860.

Os republicanos que emergem no ano de 1870 congrega, tanto antigos liberais radicais, como antigos republicanos do tempo das Revoluções Pernambucanas de 1817, 1824 e 1848. Incontestes com a crise dos partidos monárquicos e das reformas protelatórias, eles se uniram à causa, para agruparem em torno desse ideário. Monarquia representava atraso, assim como sistema escravista que sustentava o governo.

A imprensa pernambucana, além de noticiar os acontecimentos de outras províncias, abria sessões para destacar os principais eventos políticos dos países estrangeiros. Esse meio

¹⁹ Chalhoub, Sidney. *Visões da Liberdade*. (1990, pp.). Sobre o habeas corpus, Gama impetrou de 1868 a 1880 mais de quinhentos processos. Sud Menucci quem computou esses dados em “*O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)*”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

²⁰ *Dados extraídos de: Hemeroteca Digital*.

de comunicação oitocentista não expunha esses fatos fortuitamente, mas por meio de posições ideológicas que acabavam por influenciar e serem influenciadas pelos eventos que acompanhavam, desde as transformações políticas e sociais ao longo do tempo. Tal fato é constatado pelo historiador Nelson Wenerck Sodré, que ao trabalhar com jornais da pequena e grande imprensa brasileira - da Colônia, Império e República - destaca que a imprensa era uma das principais instituições que dera configuração à história do país.²¹

A imprensa, portanto, com suas publicações, de certa forma, modelava as experiências e expectativas²² dos leitores oitocentistas em relação às discussões culturais, econômicas e políticas de sua época. Em Pernambuco, a imprensa republicana na década de 1870 - nos anos anteriores à Lei do Ventre Livre - tomou às palavras e posicionamento, num momento em que se discutia as lutas em prol a emancipação. Os enfrentamentos se tornavam combativos no momento em que apontavam os problemas presentes em torno da escravidão local.

No Recife em 1870, a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovava um Fundo de Emancipação Provincial, tal como em outras províncias vinham realizando.²³ O órgão republicano denunciavam em suas tipografias os descasos vividos pelos cidadãos pernambucanos nesse cenário conturbado.

Para fazer frente ao regime imperial, os republicanos se agruparam em torno de seus princípios e por suas ideologias fariam-se apóstolos da liberdade. O discurso sobre a escravidão foi tema refletido por esse grupo, já que o debate da emancipação passava a ser de longe discutido, desde o fim do tráfico atlântico em 1850.

É nesse contexto turbulento no cenário político nacional e internacional que opinião pública passa a pugnar na Imprensa como grande responsável pela mudança política do país. A guerra civil norte-americana e o impacto dos eventos posteriores a sua formulações

²¹ A pesquisa minuciosa é um trabalho de síntese histórica, Sodré se utilizou diversificado conjunto de documentos para tecer a sua narrativa histórica, desde textos memorialísticos, literários a processos jurídicos, de leis correspondência, coleções, além de fontes como os próprios opúsculos, panfletos, jornais, revistas e pasquins. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

²² Sobre os “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas” na imprensa ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006. Original em alemão.

²³ O que está por trás desse processo político, ver: Castilho, Celso. “*Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*”. Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008. Especialmente, o primeiro capítulo. pp. 1- 40. Castilho se apoiando em matéria publicada por um jornal da época que havia notícias de que mais sete províncias destinaram recursos para projetos similares. *Jornal do Recife*, 6 jul. 1870, p.1,

diplomáticas eram, por conseguinte, acompanhados, e com muita apreensão, pelos jornais brasileiros da época.

A experiência de brasileiros nos Estados Unidos de figuras de grande ativismo político no segundo império, como Abílio César Borges e André Rebouças, ambos negros, é importante, porque elas se tornam pontes de impactos que reformulam seus posicionamentos frente aos tempos do pós-abolição que emergiram nesse país. A viagem de Rebouças no período da “Reconstruction” (1865-1877) norte-americana, foi um evento de importância, devido o mesmo empreender contato com o pós-abolição americano e, posteriormente, estender seus laços de amizade com o redator do impresso editado em New York, *Mundo Novo*.²⁴

Depois André Rebouças se tornaria colaborador do *Novo Mundo*. O redator chefe era José Carlos Rodrigues, que em suas matérias declarava estimar e ter apreço pelos sentimentos republicanos, uma vez que, seu posicionamento era favorável à extinção da escravidão no Brasil. O valor das publicações do *Novo Mundo* no Brasil se dava através de correspondentes nacionais e oferecia aos leitores brasileiros notícias sobre países estrangeiros. Conforme aventa Hebe Matos, “Elas servem como um bom guia para quais aspectos do contexto internacional atraíam a atenção de intelectuais como Rebouças e Rodrigues.

Os processos de emancipação de escravos e servos estavam entre os temas de interesse do periódico, sempre em diálogo com os destinos do Brasil”.²⁵ Antecedendo, um ano ao marco daquela Lei que ficou conhecida por libertar as crianças nascidas a partir de 1871, o surgimento de dois impressos de tendências republicanas na província de Pernambuco é indicativo de que o império enfrentava crise política, mediante a fragmentação de dois partidos tradicionais brasileiros.²⁶ Liberais enfileiram na organização do movimento republicano após a queda do Gabinete Zacarias em 1868. Esse grupo, aos poucos,

²⁴ Com circulação no Brasil entre 1870 a 1879 foi editado em Nova York e teve circulação no Brasil. O editor proprietário e principal redator foi José Carlos Rodrigues, nos seus artigos demonstrava aos lavradores que não havia necessidade de temer as reformas.

²⁵ A ênfase da pesquisa da historiadora se realiza mediante a experiência desse engenheiro negro, está conectada com o cenário internacional durante o período em tela e do período que viajou à África, momento que foi aos Estados Unidos e seu interesse pela política internacional. Chegou a se tornar colaborador no jornal “O Novo Mundo, periódico ilustrado do progresso da idade” que circulou no Brasil, entre os anos 1870 até 1879, era editado nos Estados Unidos. Para mais informações ler: *Instituições Nefandas*. pp. 74-94.

²⁶ Os partidos em tese era o dos Conservadores e Liberais, representantes máximos da ordem política do governo constitucional do Império do Brasil. Foram denominados de *Squaremas Fluminense* por Ilmar Mattos. Sobre esse debate ver: SALLES, Ricardo. Joaquim Nabuco. Um pensador do Império, Rio de Janeiro: Topbooks 2002, esp. cap. 2; _____. *As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso squarema*. In GRINBERG, Keila Grinberg; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3. 2009; Sobre a formação e fragmentação dos partidos imperiais brasileiros é o historiador José Murilo de Carvalho. *A construção da Ordem*. Op.cit.

arregimentou diferentes agentes da sociedade com seus princípios de democracia, igualdade e fraternidade entre todos.

O primeiro jornal republicano em Recife, advém da manifestação que foi levantada pelo Manifesto Republicano de 4 de dezembro de 1870 no Rio de Janeiro. A matéria desse órgão foi transcrita na primeira matéria da *A República*, órgão do Clube Republicano.²⁷ É possível considerar que a explicação para o aparecimento desses grupos republicanos, se deva a insatisfação da crescente transformação econômica e política que beneficiava a poucos grupos sociais na província. Em Pernambuco, a classe dominante eram aqueles ligados a grandes proprietários de terras. Nesse contexto, mesmo com a instalação de usinas do final do século XIX, o impacto dessas novas tecnologias na força do trabalho não alterava em nada condições sociais significativas para a população urbana e em especial a rural - pois a permanência da grande massa de trabalhadores rurais - era base de enriquecimentos dos grandes usineiros do nordeste.

A modernização sem mudança, como chamou Peter Eisenberg²⁸ em seu estudo sobre a indústria açucareira entre 1840 a 1888 denota bem como as desigualdades perduraram por muito tempo, atravessando épocas. A insatisfação desse continuísmo seria criticada por diversos grupos, seja por bacharéis da Faculdade de Direito, profissionais liberais, assim como também pelos próprios escravizados em sua resistência a instituição que escravizava, dentre os demais grupos sociais que até então entendiam que eram excluídos de seus direitos políticos.

Aderir aos preceitos republicanos era garantir tais direitos, era proposta de mudança de regime, sem senhores e escravos. A imprensa, como objeto de análise histórica é uma ferramenta privilegiada para captar os acontecimentos políticos daquela época. Porém é necessário atenção para com seus discursos orientados pela percepção de seus redatores, pois incluíam suas subjetividades políticas. Na segunda metade do século XIX, a imprensa no Brasil era instrumento privilegiado de divulgação das ideias de políticos, fossem favoráveis ou contrários ao governo imperial. Àqueles que seguiam princípios republicanos, já definiam como projeto de seu programa extinguir o sistema monarquia, entendiam que tal governo era

²⁷ *A República*, n.º.1.p.1. Atualizamos a grafia das palavras neste e nos demais documentos manuscritos e impressos transcritos ao longo do texto.

²⁸ EISENBERG, Peter L., *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910*. Rio de Janeiro/Campinas, Paz e Terra/Unicamp, 1977.

um atraso e legitimavam as desigualdades do país. Outro fator importante é o da crescente urbanização e do consumo de produtos estrangeiros nas principais províncias do império.²⁹

Nesse aspecto, as transformações políticas e econômicas, assim como cultural muito chama atenção dos pesquisadores da imprensa. Esses órgãos de informação se identificam como principais difusores da *opinião pública*, seja para divulgar ciência, ilustrações, literatura, revistas e política. Por esse lado vemos que na produção desses impressos como opinião pública é forte o protagonismo(s) que a imprensa desenvolve, por isso vemos a necessidade de relativizar a opinião formulada pelo historiador Alain El Youssef ao afirmar em sua obra “Imprensa e Escravidão” que a categoria opinião pública no Rio de Janeiro “(...) até mesmo os abolicionistas, que a partir da década de 1870 tomaram a imprensa como locais privilegiados de sua campanha para dar cabo ao cativo, não se valerá da categoria para qualificar sua intensa atuação política até 1888”.³⁰

Para a província de Pernambuco essa conclusão do historiador Alain Youssef é difícil ser enquadrada, porque é possível mapearmos nos jornais republicanos de 1870 a força da palavra *opinião pública* pelos redatores de mais variadas tendências políticas, como a dos republicanos é prova cabal desse posicionamento.

Portanto, é possível contrapor essa visão recuperando as publicações que foram tratadas nas matérias dos jornais, pois o tema da emancipação e abolição foram objetos de reflexão que garantiam liberdade com a república. Frente à realidade da emancipacionista, na qual se viam como responsáveis por reivindicar os direitos políticos dos cidadãos pernambucanos, defendiam abertamente seus posicionamentos de ruptura da escravidão. Esses, antes mesmo da aprovação da Lei do Ventre Livre e também depois que os impactos dessa lei não surtiram efeito, de acordo, com a proposta que política que fora encabeçada pela Reforma Conservadora.

Entre realidades e dissolução: os republicanos conclamam o fim da escravidão em Pernambuco 1870

A batalha travada nos periódicos republicanos sobre a questão do fim da escravidão no Brasil, no início da década de 1870 foi objeto de como assunto de interesse pelos redatores

²⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem no império*. In: História da Vida Privada no Brasil (v.2) São Paulo: CIA das Letras, 1997.

³⁰ É problemática essa sentença do historiador, tendo em vista que as provinciais concebiam as redações dos jornais como espaços legítimos de luta e de mobilização da opinião pública. Para informação, consultar: YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil: Rio de Janeiro, 1820-1850*. São Paulo: Intermeio; FAPESP, 2016. p. 17.

do jornal *A República*.³¹ O tema da emancipação foi de debate pelos redatores de *A República*, este impresso publicado uma vez por semana aos domingos. Para além de discutir questões nacionais, se voltavam a temas políticos sobre os acontecimentos de outros países. O exemplo dos eventos antiescravistas dos Estados Unidos era tomado como medida pelos pernambucanos, como maneira de se proceder à libertação de porção de entes humanos escravizados.

Compreendiam que havia necessidade de restituir sérias medidas, a fim de que a agricultura não sofresse golpes mortíferos para a nação. Entretanto, em matéria demarcavam que “Nós que escrevemos este artigo somos frenéticos apologistas da abolição da escravidão”.³² Demonstravam, nessa matéria suas posições enquanto abolicionistas. Tais medidas polemizadas pelo impresso concorriam para à peleja da abolição não se “fazer-se precipitadamente”, pois da falta de estudos para estabelecer políticas para a agricultura desembocaria no atraso econômico do país, comparado ao caso da parte sul dos “Estados Unidos pela falta de providências bem estudadas e calculadas”.³³

Evidentemente que os eventos de fora do país influenciavam as percepções e elas eram tomadas como modelos. Com isso, a discussão na imprensa diante de tais medidas políticas eram vistas como positivas aos abolicionistas. Daí ser curioso *A República* despontar os EUA como modelo a não ser seguido mediante a Guerra lá deflagrada.

A experiência da emancipação estadunidense esteve presente na influência do pensamento social de abolicionista de grande timbre, como a do intelectual negro André Rebouças. Em 1870, esteve ele nos Estados Unidos, em plena época da “Reconstruction” (1865-1877), período em que houve garantias de direitos políticos para a maioria dos recém-libertos com fim da guerra civil. Neste país, sofreu uma série de preconceitos e tal fato marcaria sua identificação enquanto descendente de africano, e por esse reconhecimento de identidade se posicionou fortemente contra a escravidão.

³¹ Os jornais de tendências republicanas faziam menções aos impressos contemporâneos, deles temos notícia de que *A Tribuna do Povo*, da província do Ceará e o jornal da província do *Rio Grande do Norte* de título “Assuense” também eram republicanos. Os mesmos estabeleceram contatos com republicanos da Corte, onde foram bem elogiados em matéria do seu aparecimento. *A República*, 12 de fevereiro de 1871. p. 4. Ainda em 1872, *O Seis de Março* foi outro diário republicano, esse periódico surgiu na data que lhe deu o nome, tinha quatro colunas e teve por redatores Jose Maria de Albuquerque Melo e Afonso de Albuquerque Melo. Mais informações, consultar: DO NASCIMENTO, Luiz. *História da Imprensa de Pernambuco*. Vol 2. Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, volumes publicados, 1966.

³² *A República*, 23 Abr. 1871, p.2.

³³ Idem. ibidem. Os redatores informam nesse número que “por considerá-la um horrível cancro que mata todos os sentimentos nobres da criatura, que é contra o direito natural e social, que é contra as leis de Deus; e tanto é assim que, os *que tínhamos, libertamos e temos concorrido direta e indiretamente para a liberdade de muitos*”. p.2

Como esclarece Hebe Mattos,³⁴ em perspectiva comparada, destaca como as viagens realizadas por Rebouças o fizeram entrar em contato com o questionamento de sua própria cor, tanto quanto da questão da emancipação escrava no mundo, ao qual daria origem ao pan-africanismo, uma cultura política. Por esse lado, é a partir desse momento que há, conforme Paul Giroy “*uma dupla consciência*”, diante do qual Rebouças ao viajar para um país de cultura ocidental, como os Estados Unidos do Sul, teve que lidar com as contradições dos princípios liberais em relação à escravidão, recentemente abolida da nação.³⁵

Na província de Pernambuco para obtenção da liberdade, era necessário estudo para suprir os braços escravos. Apesar disso defendiam a “urgente necessidade acabá-la a fim de restituir, os direitos roubados a esta porção infeliz”.

A segunda perspectiva sobre o fim da escravidão presente no jornal *A República* foi baseada naquela opção de que fosse realizada, seguindo a matéria do impresso, “a manutenção da garantia de indenização aos proprietários”.³⁶

Em matéria do dia 14 de maio de 1870, a coluna *A escravidão no Brasil* sentenciou “A completa abolição da escravidão no Brasil, não é negócio mais de espera”, por mais que os “bárbaros escravocratas” mareiam-se contra suas aspirações era preciso realizá-la.

Os propósitos dos redatores da imprensa são interligados como um fim a ser levantado pela bandeira republicana - pois como eram contrários ao regime imperial - seus princípios se baseavam nas máximas que foram formuladas pelas máximas da Revolução Francesa, com vistas à defesa das ideias positivistas de civilização e progresso. De certo, se espelhando nos “Estados Unidos, nesse país modelo republicano” o advento da República como governo se ergueria em face a “essa soma de filantropia humanitária”.³⁷

O debate travado em torno da emancipação estaria predestinado pelos republicanos. Ao se posicionarem como *livres* na luta pela abolição honrariam as gerações passadas e futuras de Pernambuco. Lutar pelo fim da instituição escravista, era se posicionar como *ethos*³⁸ pois “a redenção dos cativos virá por que faz a glória dos livres”. Esse posicionamento

³⁴ Instituições Nefandas. In: Um livro “tosloico” contra a “brutalidade yankee”. Á África e a abolição da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia na escrita de si de André Rebouças (1870-1898). pp. 74-93. In: LIMA, Ivana Stolze (Org.); GRINBERG, Keila (Org.); REIS, Daniel Aarão (Org.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

³⁵ Cf. GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/CEAA-UCAM, 2001.

³⁶ *A República*, 23 Abr. 1871, p.2.

³⁷ *A República*, 14 Mai. 1871, p.2.

³⁸ *Ethos entenda-se*, enquanto características de um grupo de indivíduos pertencentes à mesma comunidade. .

tomado pelo impresso tem sua devida importância por apresentar em suas folhas o largo processo que envolveu uma série de conflitos e lutas, em torno do movimento social da abolição. A discussão em análise possivelmente contribuiu para que a agitação em torno das matérias jornalísticas ganhasse adeptos à causa abolicionista e republicana.

Passado dois anos do *Ventre Livre*, outro jornal republicano intitulado *A Luz*³⁹ vem a público com o propósito de “demonstrar clara e evidente que, ela nas formas governativas é a – República”⁴⁰. O periódico fazia coro com outros impressos republicanos da época, urgiria contra a tirania do regime monárquico e foram favoráveis ao fim da escravidão em medidas protelatórias.

O debate da emancipação não escaparia de suas folhas, de modo que prontificados a defender o tema, revelam que foi à muito custo que a “liberdade do ventre” foi conquistada, mas ainda existiam “espíritos pequenos” que eram contrários à liberdade. Com isso, a insatisfação da referida lei e dos descasos presenciados contra os escravizados pernambucanos, proclamavam “Não somos de meios termos e nem de meias medidas, quando queremos a regeneração no Brasil, extinguindo-se-lhe a escravidão”.⁴¹ O posicionamento da *A Luz* radicalizara nas suas ideias, uma vez que em 4 de julho de 1873, declarava a “*Abolição Total da Abolição no Brasil*”. Nesta matéria dissertava os meios e os fins de como propunham *cortar de vez por todas, o nó da questão da escravidão*, afinal ironicamente escreviam “*Não somos de meia medidas*”.⁴²

Concomitantemente, a emancipação e suas implicações nas propostas políticas antiescravistas devem ser pensadas em perspectiva atlântica. Na província de Pernambuco foram questionadas a partir desse ângulo, pois politicamente a imprensa se posicionou através dos eventos estrangeiros, como pôde ser apreendidas nas matérias dos impressos *A República* e *A Luz*.

O seu debate antiescravista, na década de 1870, foi apropriado como tema importante para discurso de enfrentamento político à ordem escravista e ao sistema político que o

³⁹ Publicava-se duas vezes por semana, às quartas e sábados. A residência da redação estava localizada na Praia do Caldeireiro n.41. A folha avulsa era vendida por 40 réis, logo na sua primeira publicação, até o terceiro número ser cobrado o preço módico de 80 réis. O preço de 2.000 por trimestre adiantado. Por dois anos publicou, entre os anos de 1873 a 1874.

⁴⁰ *A Luz*, 19, abr. 1873, p. 1.

⁴¹ *A Luz*, 23, abr. 1873, p. 2.

⁴² *A Luz*, 4, jun. 1873, p. 2. Na matéria, datada de 14 de julho de 1873, foi publicada a continuação do debate, intitulada “*Abolição Total da Abolição no Brasil II*”, nela o redator, depositava sua esperança de que “*A liberdade há de vencer, e a abolição total da escravidão no Brasil há de abrir uma nova era para os presentes e vindouros*”. p. 3. Não consta o nome do articulista que publicou

legitimava. Afinal, para que os grupos de republicanos ganhassem terreno e adeptos à sua causa teriam de enfrentar o governo vigente, para vencerem a implantação de suas ideias.

A imprensa foi palco que vocalizou o fim da escravidão. Por meio dela, tal instrumento de comunicação deu força à manifestações públicas que também realizava eventos em prol escravidão. A batalha seria longa, porque é com a lei 13 de maio de 1888 que efetivamente conquistam o fim da escravidão uma das primeiras conquistas sociais do país. Posteriormente, seria a vez das conquistas políticas, pois acabado a escravidão, o Império cairia e a República como governo venceria.

Em finalidade, através do mundo da imprensa, os republicanos pernambucanos, para além de sistematizar os propósitos de seu programa político, traziam para a esfera do discurso jornalístico a necessidade da opinião pública se manifestar favorável à proposta de seus concidadãos: o fim da escravidão em meados da década de 1870.

O propósito era uma das maiores realizações humanas, que beneficiaria não só a região, mas toda a nação para a causa pública. A emancipação e a abolição seriam então um projeto político e social atrelado a todo (a) republicano (a) que se uniria contra o regime imperial. E o *povo* Pernambucano⁴³ faria jus a tais princípios, pois através deles o impresso se dirigia, convocando-os a serem desbravadores, tais como foram os republicanos da Revolução de 1817, 1824 e 1848.

Os *dramas da abolição* se definiriam e ampliaram seu escopo de apoiadores aos seus princípios republicanos, assim mobilizando diferentes espaços públicos, para além das arenas legislativas e civil, de tal maneira que emancipação e o desejo de liberdade viriam com a redenção dos captivos.⁴⁴

REFERÊNCIAS

Fontes

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN)

A República, 1871.

⁴³ O conceito povo é operacional, pois ao fazer uso desse termo, o periódico, talvez acompanhe os relatos da época, em que era 'o povo' um termo apropriado para autorizar ou deslegitimar manifestações públicas. Para análise do termo, ver: COMPARATO, Fábio Konder. *Variações sobre o conceito de povo no regime democrático*. Estudos Avançados, n° 11, (31), 1997. p. 213.

⁴⁴ MACHADO, Maria Helena; CASTILHO, Celso. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015.

A Luz, 1873-1874.

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida Privada e ordem no império*. In: História da Vida Privada no Brasil (v.2) São Paulo: CIA das Letras, 1997.

ALONSO, Angela. Flores, Votos e Balas. *O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

ARMITAGE, David. *Três conceitos de História Atlântica*. História Unisinos, São Leopoldo-RS, v. 18, n. 2, p.206- 217, mai/ago, 2014, p.207.

CASTRO, Hebe M. Mattos de. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo*. Recife, 1822 - 1850. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998, 353 p.

CARVALHO, José Murilo de.: *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287 p;

Castilho, Celso. “*Abolitionism Matters: The Politics of Antislavery in Pernambuco, Brazil, 1869-1888*”. Tese de doutorado, Universidade da Califórnia, Berkeley, 2008.

COSTA, Lenira Lima da. *A Lei do Ventre Livre e os caminhos da liberdade em Pernambuco, 1871-1888* - Recife, 2007. 150 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. História. Recife, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. *Variações sobre o conceito de povo no regime democrático*. Estudos Avançados, n° 11, (31), 1997. p. 213.

DRESCHER, Seymour. *Abolição. Uma história da escravidão e do antiescravismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

EISENBERG, Peter L., *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840/1910*. Rio de Janeiro/Campinas, Paz e Terra/Unicamp, 1977.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. Rio de Janeiro: Editora 34/CEAA-UCAM, 2001.

LIMA, Ivana Stolze (Org.); GRINBERG, Keila (Org.); REIS, Daniel Aarão (Org.). *Instituições Nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia*. Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *O Plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ, EDUSP, 1994;

_____ e CASTILHO, Celso. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP, 2015.

MARQUESE, D Tomich. In: *O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. O Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MENUCCI, Sud. *“O precursor do abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)”*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil: Rio de Janeiro, 1820-1850*. São Paulo: Intermeio; FAPESP, 2016. 328 p.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

SALLES, Ricardo. Joaquim Nabuco. Um pensador do Império, Rio de Janeiro: Topbooks 2002, esp. cap. 2; _____. *As águas do Niágara. 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema*. In GRINBERG, Keila Grinberg; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3. 2009

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do Imperador. D. Pedro II: um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Mauad, 1994.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC Rio, 2006.